



# A LEI 10.639/03 E SUA APLICAÇÃO NO CURRÍCULO CULTURAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA<sup>1</sup>

Palavras-Chave: Educação Física; Currículo Cultural; Lei 10.639/03.

Lucas Lisboa Correa, Faculdade de Educação Física - UNICAMP  
Prof. Dr. Mário Luiz Ferrari Nunes (orientador), Faculdade de Educação Física - UNICAMP

## INTRODUÇÃO

O ensino da história e cultura negra nas escolas é uma antiga reivindicação dos movimentos sociais dessa população, que mediante conquistas lentas e gradativas conseguiram sua inclusão através da Lei 10.639/2013, que tornou obrigatória essas temáticas no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares brasileiras. Com isso, intenta-se resistir ao apagamento de suas contribuições na história do país, como se percebe nos materiais didáticos, à construção estereotipada e fetichista de seus corpos e cultura no ambiente escolar. Visa-se enunciar uma história para além do fato de ter sido escravizada nestas terras, desnaturalizando suas estruturas racistas que insistem em permanecer na sociedade brasileira.

Com a Lei, juntamente com a compreensão das relações étnico-raciais presentes no ensino brasileiro, abriu-se a possibilidade para o reconhecimento e sentimento de pertencimento do negro dentro da sala de aula, que segundo o IBGE (2019), é a maior parte da população presente no Brasil com 55,8% de seus habitantes. De maneira assertiva, o Art. 26-A § 2º determina que os “conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” (BRASIL, 2003).

Nesse movimento, o trabalho busca identificar como está sendo o cumprimento da Lei 10.639/03 nas aulas de Educação Física pautadas no Currículo Cultural. Para isso, fez-se o estudo de teorias pós-coloniais, o levantamento bibliográfico de artigos presentes nos principais periódicos de Educação Física sobre a aplicação da lei nas aulas e foram analisados os discursos presentes nos relatos de experiências de professores que tematizaram as práticas corporais da cultura negra trabalhando com o Currículo Cultural.

## METODOLOGIA

Para a revisão bibliográfica da aplicação da Lei 10.639/03 nas aulas de Educação Física utilizamos como base de dados a Plataforma Sucupira. Buscamos as publicações dos principais periódicos brasileiros de Educação Física que contêm conteúdos voltados à escola. Para isso, selecionamos o evento de classificação Quadriênio 2013-2016, na área de avaliação Educação Física e levantamos as revistas que se enquadram com nosso objetivo no intervalo de classificação de A1 a B5.

Depois, identificamos os descritores no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e de palavras-chaves para a realização da busca nos periódicos. Não utilizamos operadores booleanos. Atuamos diretamente nas revistas, utilizando os seguintes descritores e palavras-chaves: 10.639, 10.639/03, 11.645, 11.645/08, grupos étnicos, negros, africanidade, afrobrasilidade, cultura afro-brasileira, cultura africana e relações étnico-raciais. Os resultados obtidos foram selecionados após a leitura de seus resumos utilizando o objetivo relativo ao nosso estudo, que são artigos de relações étnico-raciais na Educação Física que citaram/trabalharam a proposta da Lei nas aulas, então, foram descartados os artigos que não envolviam o ensino de Educação Física e não correspondia com a temática da Lei, a história e cultura afro-brasileira nas aulas.

Revista	Classificação	Resultado	Selecionados
Revista Movimento	A2	22	5
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1	4	1

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	B1	6	1
Revista Motrivivência	B2	13	9
Revista Pensar a Prática	B2	17	1
Revista Arquivos em Movimento	B4	4	1
Caderno de Educação Física e Esporte	B4	0	0
Revista Conexões	B4	4	0
Coleção Pesquisa em Educação Física	B4	1	1
Revista Corpoconsciência	B4-5	1	0
<b>Resultado Final</b>	-	72	19

Quadro 1 - Levantamento de Revistas e Artigos

Os resultados de nossa busca estão presentes no Quadro 1, no qual se observa a presença de 10 periódicos, apenas um com classificação A. Nesses, encontramos 72 artigos a partir dos descritores e palavras-chaves citados e apenas 19 deles atendiam aos critérios estabelecidos e foram lidos na íntegra, de forma a analisar suas contribuições.

Com a finalidade de analisar os relatos de experiência foram levantados 24 documentos produzidos por professores que trabalham com a prática pedagógica do Currículo Cultural e tematizaram as práticas corporais da cultura negra, disponíveis no site do grupo GPEF- FEUSP<sup>2</sup>. Nesse processo se tornaram presentes relatos do ano de 2007 até 2020. Como critério de seleção, selecionamos apenas relatos que trabalharam com manifestações culturais com raízes afro-brasileiras e africanas, logo, os relatos que trazem práticas como funk, hip hop ou esportes não foram analisados, mesmo sabendo que no corpo dos documentos os professores levantam questões sobre a cultura e história da população negra.

Esses, foram analisados através da metodologia de análise de discurso, porque essa:

“[...] metodologia de análise não incide em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão, tentando observar o que o texto diz do início ao fim, mas, realiza-se uma apreciação em profundidade, que é possibilitada pela descrição interpretação em que se examina, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares estabelecidos a partir de regularidades discursivas demonstradas nas materialidades.” (SILVA; ARAÚJO, 2017, p. 20)

Nosso guia para a análise do discurso foram três artigos de Rosa Maria Bueno Fischer: *A Análise do Discurso: Para Além de Palavras e Coisas (1995)*, *Foucault e a Análise do Discurso em Educação (2001)* e *Foucault Revolucionou a Pesquisa em Educação? (2003)*. Desse modo, analisamos os enunciados presentes nos relatos de experiências dos professores de Educação Física e apresentamos sua formação discursiva. Com objetivo de saber como se constrói a discursividade e que formas de poder se apresentam dentro das salas de aulas de Educação Física descritas através dos docentes em seus relatos e concentrados sobre a cultura negra.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O pensamento pós-colonial

A perspectiva pós-colonial lembra os resquícios da colonização presentes nas relações da atual ordem mundial, observando o contraste de força e de representação cultural presentes na modernidade. Sua crítica à normalização da hegemonia para o desenvolvimento existente dentro dos discursos ideológicos e nas histórias não se limita a narrar determinada sociedade ou época, ela gera uma narrativa descentrada dos discursos imperiais decorridos, apontando a colonização como parte de um processo global transnacional e transcultural. (BHABHA, 2013; HALL, 2009)

Essa, busca valorizar os sujeitos silenciados, fugindo da exclusão causada pelos discursos monoculturais da modernidade ocidental. Com cuidado de não reproduzir mais uma forma de imperialismo cultural, o discurso não deve se mover em uma lógica central, mas sim entre distintas formações e processos culturais. (SOUSA SANTOS, 2003)

Então, para desprender do modelo eurocêntrico, devemos alterar o equilíbrio das relações de poder entre subalternizados e colonizadores, voltando-se contra os discursos de poder e saber dominantes. Pensando nisso, no colonialismo português podemos apontar a presença do hibridismo, um espaço de negociação entre o colonizado e o colonizador, que conseguimos explorar como estratégia política para

<sup>2</sup> Os relatos do GPEF está disponível em <http://www.gpef.fe.usp.br/index.php/relatos-de-experiencia/>

resistir ao discurso da cultura dominante, uma vez que temos de lembrar que a formação da cultura ocorre pela interação de identidades. (BHABHA, 2013; SOUSA SANTOS, 2003)

### **A lei 10.639/03 nos periódicos brasileiros de Educação Física**

Com a leitura dos artigos observamos que trabalhar com a Lei 10.639/03 em sala de aula está muito atrelado à formação e as experiências dos professores, por isso, como ressalta Monteiro e Anjos (2020, p. 10), “é indispensável trabalhar com conteúdo que aborde elemento da cultura e da tradição afro-brasileira no ensino superior.”. Dado que a Lei, que atingiu a maioria este ano, abre uma lacuna ao anunciar apenas a obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, esquecendo a formação dos professores. Sendo garantida apenas 12 anos depois, quando conteúdos de diversidades étnico-racial foram incorporados nos currículos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada em sua Resolução nº 2 no ano de 2015 (BRASIL, 2015).

A Educação Física, por conta de sua história e relações, contribuiu e continua contribuindo fortemente para a exclusão, por estar ligada a valores como a competição e a seleção, também, a construção de um corpo saudável, robusto e harmonioso associado a camada branca em oposto do sujeito colonial, que favorecia a promoção do racismo e do preconceito social (PIRES e SOUZA, 2015). Com isso, Monteiro e Anjos (2020) observaram algumas limitações envolvendo artigos que abordam as relações étnico-raciais nesse campo, que apesar de indicarem o objeto de estudo (identidade, étnica, etc.), o tratamento teórico não foi identificado como o elemento principal dos estudos, suas conceituações foram amplas e as discussões dos conceitos deixaram de indicar as fontes utilizadas. Eles também identificaram apenas cinco autores clássicos que aparecem nos artigos para corporizar os conceitos: Hall, Canclini, Evans-Pritchard, Dunning e D'Adesky.

Então, a tarefa dos professores de “recontar as histórias e trazer abordagens das culturas contra-hegemônicas” (CRELIER e SILVA, 2019, p.9), que já são minimamente representados no currículo, estão pouco presentes nas aulas de Educação Física. A ancestralidade, oralidade, circularidade, musicalidade, expressividade, princípios e valores da população negra, citados nos artigos, perdem espaço para manifestações culturais hegemônicas do contexto estadunidense e/ou europeu voltadas a aptidão física e os esportes, legitimadas pelo currículo. Assim, pouco dialogam com produções culturais corporais nacionais, compactuando com o processo de silenciamento das expressões corporais da cultura negra no Brasil (GONÇALVES; NASCIMENTO; ALBERTO, 2019).

### **Os artigos e as teorias pós-coloniais**

Analisando os artigos podemos observar que, apesar de não citarem o pós-colonialismo ou seus autores, eles levantam pontos que vão ao encontro com suas críticas, como os efeitos do colonialismo e os saberes hegemônicos. Este último com maior presença, evidenciando os conhecimentos dominantes no currículo da Educação Física através de práticas corporais esportivas estadunidenses e europeias. Assim, lembramos que “os esportes hegemônicos se sobressaem, não garantindo espaço para os demais temas da cultura corporal: o jogo, a ginástica e a dança por exemplo” (SANTOS; BONA; TORRIGLIA, 2020, p. 13). Para Crelier e Silva (2019), o fato está precisamente relacionado ao nosso modelo educativo, pontuando ser construído em uma visão eurocêntrica e que busca atender grupos hegemônicos.

Como lembra Hall (2013), o modernismo apresenta grandes mudanças na cultura popular e suas práticas, esses deslocamentos abriram espaços para respostas a grandes narrativas e antigas hierarquias. Dessa forma, vozes das margens estão se adentrando e afirmando sua presença, como é feito com a cultura negra nesses artigos, através da influência de uma estratégia política que foi a institucionalização da Lei 10.639/03. Mas, apesar da sua existência, “as referências à cultura afro-brasileira são pautadas no currículo escolar regular de forma limitada e descontextualizada da realidade de opressão e exclusão pela qual passaram e ainda passam as populações negras no nosso país.” (GONÇALVES; NASCIMENTO; ALBERTO, 2019, p. 2)

Por isso Bugarim, Bugarim, Costa e Oliveira (2020), lembram da dificuldade e desafios presentes desde o período colonial de formar uma identidade negra positiva, já que a sociedade, historicamente, os ensinam a negarem-se a si mesmos desde muito cedo. Como lembra Bhaba (2013), o discurso colonial se mantém graças às suas contínuas repetições, tornando-se um conceito fixo à medida que conota rigidez e ordem imutável.

Outro ponto presente, é que por conta das “diferenças socioculturais e históricas, o Brasil se apresenta como um lócus gigantesco para estudos sobre relações étnico-raciais, devendo, portanto, receber um tratamento que observe características locais, sem, no entanto, se desprender da dimensão macro.” (CRELIER; SILVA, 2019, p. 1309). Análise essa que se assimila ao pensamento pós-colonial de não normalizar ou tornar aquela representação de prática ideal, já que ela recebe distintas formações. Então,

devemos nos guiar para a diversidade, respeitar as diferenças e negociações que posicionam o povo negro. (HALL, 2013)

### **Currículo Cultural e a Análise dos relatos de experiência**

O Currículo Cultural escancara as marcas das lutas pelo controle do processo de significação presentes nas práticas corporais. Coloca-se tanto contra o ensino técnico, que predomina na Educação Física, como contra qualquer proposta teleológica, buscando a troca de sentidos culturalmente produzidos, ouvindo as manifestações de vozes normalmente silenciadas e perpassando ressignificações a todos os presentes dentro da sala de aula: discentes e docentes. Fomenta o diálogo entre a cultura corporal dos alunos, a do professor e a cultura escolar, relacionando o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e os significados ali inseridos com as significações que compõem o tema de estudo. Essa proposta curricular busca a construção de atitudes críticas, afirmando diferenças e fazendo com que “não seja apenas um espaço de reconhecimento das práticas corporais, tampouco das identidades culturais de seus sujeitos, mesmo que isso ocorra em um primeiro momento como forma de potencializar a mudança” (NUNES, 2016, p. 61).

Na parte inicial dos relatos, os professores discorrem como foram feitas as escolhas das práticas corporais as quais decidiram tematizar. Durante a leitura foi possível perceber, desde os relatos mais antigos, um conjunto de enunciados que justificam as escolhas das manifestações estarem atreladas a sua presença na comunidade escolar e/ou estar presente nas propostas e práticas pedagógicas das escolas. Nos enunciados podemos observar uma prática discursiva que se encontra presente nos discursos dos professores por conta de dois princípios ético-políticos do Currículo Cultural, expressos nesta parte inicial de escolha, que são reconhecer o patrimônio cultural corporal da comunidade e articular com o Projeto Político Pedagógico da escola (NEVES; NEIRA, 2019). Assumir o primeiro princípio “permite que os saberes das culturas que habitam a escola possam ser contemplados e mobilizados durante as atividades de ensino, além de propiciar uma sintonia com a cultura de chegada dos estudantes, um patrimônio historicamente subordinado” (NEVES; NEIRA, 2019, p. 109). E o segundo, para que os professores trabalhem apoiados nos documentos oficiais acordados coletivamente.

Alguns enunciados apresentam outros princípios presentes, que dialogam com os anteriores, esses mais timidamente citados, são a descolonização do currículo e a justiça curricular. Como lembra Neves e Neira (2019), com as novas mudanças sociais e reivindicações, como a Lei nº 10.639/03, se tornou necessário um olhar às manifestações negligenciadas e deixadas de fora de outras práticas da Educação Física. Assim, a descolonização do currículo questiona ideias, comportamentos e práticas presentes nas aulas, com a intenção de valorizar diferentes culturas corporais existentes. A justiça curricular vai ao encontro de outro princípio, já que não favorece certos discursos perante a outros, não cria uma hierarquização de saberes, logo, o professor tem papel de não favorecer apenas práticas hegemônicas, mas sim trazer um equilíbrio entre as diversas manifestações culturais em suas aulas. (NEIRA; NUNES, 2009).

Indo ao encontro com o que Neira e Nunes (2009) apontam que, por olhares pós-colonialistas, os currículos das escolas brasileiras estão sendo descolonizados como a inserção de olhares sobre a história, dos saberes e das produções de identidades colonizadas, trazendo novas formas de narrar a atualidade. Com isso, colaborando com a introdução de narrativas culturais negras, fugindo da aplicação utilitarista presente em outras práticas pedagógicas.

Para esse fim, os relatos se atentam no procedimento da problematização, apesar do termo não ser citado em todos, é possível observar que nos diálogos e descrições dos acontecimentos nas aulas ele se torna presente. Dessa maneira, os professores questionaram quais representações e significados os alunos tinham sobre a manifestação que estava sendo trabalhada, conseqüentemente, sobre a cultura negra. Assim, “abre-se espaço para que as representações atribuídas às práticas corporais sejam desconstruídas e, conseqüentemente, os mecanismos de dominação, regulação e resistência nelas incutidos sejam analisados, bem como os sentidos que recebem ou receberam em variados contextos.” (SANTOS; NEIRA, 2016, p. 168)

Nessas problematizações, foi possível observar que o diálogo com os alunos encaminharam a prática para o cumprimento do que está descrito na Lei nº 10.639/03, a partir das observações, os professores tensionam e trabalham a história e cultura afro-descendente e africanas, produzindo um novo olhar sobre ela. Assim, os discursos presentes nos relatos apresentam a intenção que os professores do Currículo Cultural, apoiados em seus princípios e procedimentos pedagógicos, buscam valorizar e reconhecer a cultura corporal negra dentro das aulas de Educação Física.

### **CONCLUSÕES**

Os pontos aqui trazidos nos ajudam a visualizar como está sendo tratado a Lei nº 10.639/03 na Educação Física, destacando que a formação e as experiências dos profissionais são de extrema importância para tratar das relações étnico-raciais, devido às relações e o histórico da área, que privilegia práticas corporais com valores competitivos e de seleção, que favorecem os discursos hegemônicos.

Com a promoção de políticas públicas, como a Lei nº 10.639/03, percebemos um desejo e uma maior aceitação da presença das práticas corporais negras, até então marginalizadas. Dessa maneira, a afirmação dessas práticas nas salas de aula combatem as narrativas hegemônicas sobre suas histórias e culturas. Um movimento pós-colonial que altera o equilíbrio das relações de poder entre os subalternizados e colonizadores, presentes nos discursos monoculturais.

Ao basear-se nos estudos pós-coloniais, o Currículo Cultural, traz o compromisso de apresentar os discursos presentes nas práticas tematizadas com os alunos. Nota-se que, com a análise dos relatos de experiência, com a cultura negra não foi diferente. Apoiado nos princípios e encaminhamentos didáticos-metodológicos, os professores apresentaram as relações de poder presentes nessas práticas, produzindo novas significações nos alunos, através da história e cultura das práticas corporais. Desse modo, aplicam a lei e operam contra os discursos hegemônicos que se apresentam durante as suas aulas.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Planalto**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm)>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.
- BUGARIM, J. P.; BUGARIM, M. da C. P.; COSTA, A. do S. de A.; OLIVEIRA, R. B. S. de. A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-PA. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01-19 Florianópolis, abril/junho 2020.
- CRELIER, C. M.; SILVA, C. A. F. da. Africanidade e Afrobrasilidade em Educação Física Escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 1307-1320, jan. 2019.
- IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro, n. 41, 2019.
- FISCHER, R. M. B. A Análise do Discurso: Para Além de Palavras e Coisas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre (RS), v. 20, n.2, p. 18-37, 1995.
- \_\_\_\_\_. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo (SP), v. 114, p. 197-223, 2001.
- \_\_\_\_\_. Foucault Revolucionaria a Pesquisa em Educação?. **Perspectiva (Florianópolis)**, Florianópolis (SC), v. 21, n.2, p. 371-389, 2003.
- GONÇALVES, B. C.; NASCIMENTO, P. M. M.; ALBERTO, A. A. D. Currículo, Educação Física e Marabá: fundamentando caminhos para inserção da cultura afro-brasileira na escola do Amapá. **Pensar a Prática**, 22, 2019.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2009.
- MONTEIRO, P. T.; ANJOS, J. L. dos. A Educação Física e a identidade étnico-racial: o estado da arte nas revistas brasileiras de Educação Física. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-20, janeiro/março 2020.
- NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.
- NEVES, M. R.; NEIRA, M. G. O Currículo Cultural de Educação Física: Princípios, procedimentos e diferenciações. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 4, p. 109-124, 2019.
- NUNES, M. L. F. Afinal, o que queremos dizer com a expressão “diferença”? In: NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. (Org). **Educação Física Cultural: por uma pedagogia da(s) diferença(s)**. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- PIRES, J. V. L.; SOUZA, M. da S. Educação Física e a Aplicação da Lei Nº 10.639/03: Análise da Legalidade do Ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana em uma Escola Municipal do RS. **Movimento**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 193–204, 2015.
- SANTOS, K. B. do; BONA, B. C. de; TORRIGLIA, P. L. A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01-20, abril/junho 2020.
- SANTOS, I. L.; NEIRA, M. G. . A problematização no ensino da Educação Física. In: Marcos Garcia Neira; Márcio Rogério de Oliveira Cano. (Org.). **A reflexão e prática no Ensino Médio: Educação Física Cultural**. 1 ed. São Paulo: Blucher, 2016, v. 4, p. 167-179.
- SILVA, J. C. da; ARAÚJO, A. D. de. A metodologia de pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero — Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2017.
- SOUZA SANTOS, B. de. “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. **Novos Estudos**, São Paulo, 2003. pi